



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Comissão das Pescas

2012/2063(INI)

21.6.2012

PROJETO DE PARECER

da Comissão das Pescas

dirigido à Comissão do Desenvolvimento

sobre o relatório da UE de 2011 sobre a coerência das políticas numa
perspetiva de desenvolvimento
(2012/2063(INI))

Relator de parecer: João Ferreira

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão das Pescas insta a Comissão do Desenvolvimento, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Lamenta que uma parte substancial dos objetivos dos acordos de parceria no domínio das pescas (APP) não tenha sido alcançada; lamenta, em particular, os fracos resultados obtidos nos domínios da cooperação científica e técnica e do apoio ao desenvolvimento sustentável do setor das pescas (e indústrias conexas) dos países em desenvolvimento;
2. Assinala que os APP, em geral, se têm resumido à transferência de verbas para os países em desenvolvimento a troco da exploração dos seus recursos haliêuticos; deplora esta visão restritiva dos APP, que contraria o seu espírito e objetivos expressos;
3. Enfatiza que os APP devem promover, a médio prazo, a exploração pelos países em desenvolvimento dos seus próprios recursos, tanto para consumo interno, como para exportação, aumentando assim a parte da riqueza gerada que fica no país;
4. Defende a formulação conjunta de matrizes com metas, ações e indicadores, a fim de melhor acompanhar a aplicação das verbas, num espírito de parceria; salienta que este acompanhamento deve incluir a adoção de procedimentos corretivos, a articular com o país terceiro, sempre que se constate um afastamento face aos objetivos delineados;
5. Chama a atenção para a importância da existência de dados científicos atualizados sobre os "stocks" de pesca e sobre o esforço global de pesca nas águas de cada país; considera que a avaliação científica deve ser prévia à assinatura de acordos ou, pelo menos, que estes devem contribuir para o apuramento dos dados;
6. Chama a atenção para o problema da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN); lembra que muitos navios não reportam devidamente as suas capturas, não são inspecionados, os dados fornecidos pelas embarcações não são verificados e não há uma identificação clara das espécies capturadas; considera que a UE pode e deve dar um contributo mais efetivo para superar estes problemas;
7. Defende uma melhor articulação dos APP com os instrumentos existentes no âmbito da política de desenvolvimento, nomeadamente com o FED, assim como com as condições de acesso aos mercados da UE por parte dos países em desenvolvimento.